

## SIMPLIFICAÇÃO NA AGRICULTURA

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia

Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados

Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo

Um dos objectivos da humanidade, nos nossos dias, prende-se com a necessidade de reduzir e/ou suprimir todo o tipo de burocracia que esteja associada à vida das pessoas.

Desburocratizar traduz-se numa forma de qualidade de vida e num bem-estar que permite desprender os cidadãos de morosidades e complexidades na maioria das vezes ligadas a papéis e filas de espera.

Porém, enquanto na maioria das actividades a redução de formalidades vai acontecendo, de uma maneira ou de outra, na Agricultura a burocracia tem crescido livremente, sem que existam iniciativas substanciais para a travar.

O Agricultor, para além de todos os preceitos legais que é obrigado a cumprir como qualquer outro cidadão que possui uma actividade autónoma, tem vindo a ser inundado por um volumoso conjunto de formalismos, exigências administrativas e controlos que tornam esta laboração saturante e desesperante. Sem dúvidas que está a tornar-se num refém de papeis e labirintos legislativos.

Evidentemente que muita desta burocracia resulta sobretudo das crescentes preocupações dos cidadãos para novas temáticas, como o meio natural ou o bem-estar animal que impõem à Agricultura uma severa disciplina nas suas praticas e orientações.

Outros formalismos surgem devido às persistentes inquietudes alimentares que periodicamente se fazem sentir, pelo que é necessário proporcionar segurança alimentar aos consumidores e segurança produtiva aos Agricultores.

No entanto, apesar destas circunstâncias é possível e desejável reduzir-se a excessiva complexidade diária que assola o Agricultor, libertando-o para o trabalho e a gestão que exige cada vez mais uma exploração agrícola.

Entenda-se que o Agricultor tem de estar muito presente na exploração, condições como a grandeza produtiva e a inexistência de mão-de-obra tornam-no numa constante ao longo do dia. Um cidadão preso a um trabalho sem horários ou férias.

Se já não bastasse esta realidade, a burocracia faz igualmente decrescer as disponibilidades de tempo do Agricultor para aspectos vitais da modernidade agrícola como seja a formação, face ao impreterível dinamismo adaptativo a novas situações que requerem maiores conhecimentos por parte dos profissionais da Agricultura.

A burocracia e a sua morosidade fazem aumentar o risco e a incerteza da actividade agrícola. A indeterminação do tempo de espera pelas decisões administrativas de intenções de investimento de média e longa duração

criam nos jovens estados de desmotivação e inactividade conduzindo, em muitos casos, ao abandono das intenções.

Até ao associativismo agrícola as complexidades correntes roubam demasiadas horas, desviando as Organizações de Produtores das suas funções básicas para com a Agricultura e os Agricultores.

Identicamente, a tutela Regional absorve um enorme capital humano especializado no atendimento e preenchimento de muita papelada, quando estes Técnicos deveriam estar direccionados para outras funções.

Por outro lado, o Agricultor e a sua laboração são constantemente vasculhados. Cada medida de apoio Comunitária ou Regional exige um controlo o que está, desde logo, perfeitamente correcto como princípio da segurança e da transparência da aplicação dos dinheiros públicos.

É preciso averiguar e confirmar que os dinheiros públicos estão a ser devidamente aplicados, e a este propósito diga-se que o Agricultor não está contra as fiscalizações, está sim contra a forma dispersa como os vários controlos são efectuados, ou melhor, quando o mesmo objecto de apoio é verificado quase dia após dia ou semana após semana.

Para mais, estes controlos implicam quase sempre prazos de pagamento mais tardios e por vezes muito tardios da entidade pagadora, acarretando dificuldades no planeamento económico da Exploração, designadamente nos compromissos financeiros assumidos.

Acresce ainda, o facto de alguns controlos serem realizados por Técnicos exteriores à Região que desconhecem a nossa realidade, e portanto, insensíveis à especificidade Açoriana e que rotulam à partida o Agricultor como um eterno suspeito.

Reconhecemos as limitações de uma Região como os Açores diante do gigante Bruxelas, para levar eficazmente em frente esta ambição de atenuar a burocracia agrícola, mas também reconhecemos que é possível fazer mais para este desígnio. Esta necessidade não está assinalada como uma prioridade na Agricultura Açoriana.

Aproveite-se, então e agora, a abertura dada por Bruxelas para este tema. A própria Comissão Europeia institui como próxima etapa uma íntima cooperação com os Governos Nacionais dos Estados Membros para expulsar do quotidiano do Agricultor grande parte da burocracia que enfrentam.

Reconhece a Comissão que esta é uma missão que não pode realizar isoladamente, pelo que convida os Estados Membros a assumirem a responsabilidade de reduzir a carga administrativa que pesa sobre os Agricultores e a evitar sobrecarregá-los mais.

A atitude da Comissão revela uma ampla aceitação de que a multitude de dispositivos legislativos comunitários e nacionais são um estorvo, um

grande estorvo para o Agricultor, aliás a Comissão tem vindo a ter algumas iniciativas, o próprio FEADER é exemplo disso.

As recentes palavras da Comissária para a Agricultura Fischer Boel são reveladoras da consciência da amplitude da burocracia enquanto entrave para os Agricultores, que passo a citar: “O tempo que os Agricultores gastam a preencher formulários é tempo perdido em termos de trabalho real. Se conseguirmos reduzir a carga administrativa imposta aos Agricultores e às empresas do sector, os ganhos em termos de competitividade e de criação de novas oportunidades de emprego serão evidentes” fim de citação.

Todavia, a solução para este problema não deve ser unicamente encarada como algo distante e num patamar de difícil acesso, pois no plano Regional existem, certamente, procedimentos que poderiam ser mais agilizados, outros melhor coordenados e outros crescentemente substituídos pelas novas ferramentas tecnológicas.

A simplificação deve ser eleita como uma meta na Região, aliás como já alguns Países e Regiões o fizeram, baptizando os anos de 2006 e 2007 como tendencialmente “anos zero de papéis”. A verdade é que conseguiram mesmo diminuir abundantemente a quantidade de papéis e de exigências administrativas que envolvem a actividade agrícola, com esforço e empenho nesta causa.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia

Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados

Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo

É possível encontrar-se soluções para descomplicar o quotidiano do Agricultor. É por exemplo possível concentrar-se medidas de controlo, é possível utilizar as novas tecnologias, é possível existir maior celeridade na análise processual de determinados projectos, é possível existir uma maior intercomunicação departamental e é, por exemplo, possível centralizar trâmites legais criando-se uma base de dados que sirva os diversos departamentos.

Mas, para isso é, acima de tudo, indispensável que o Governo Regional identifique e catalogue para a Agricultura da Região os vários constrangimentos processuais que afogam o Agricultor para que possa posteriormente encontrar, e dentro das suas possibilidades, a forma de os tornar mais fáceis e rápidos.

Nesta tarefa é imperioso envolver os Agricultores através de consulta e de voluntariado, quer no reconhecimento dos incómodos burocráticos, quer nas suas soluções, visto serem os Agricultores os receptores finais das medidas implementadas e a implementar.

Meus senhores e minhas Senhoras se queremos ter um modelo de Agricultura inovador, competitivo, qualitativo e sustentável temos de desobstruir o caminho, o que passa, também, pelo emagrecimento dos formalismos que atingem a Agricultura deste Arquipélago.

É perante esta consciência da quantidade de formalismos que engorda na Agricultura e que criam barreiras de dificuldades ao Agricultor, é perante uma nova baliza temporal de ajudas comunitárias e é perante a necessidade desta meta ser assumida como uma prioridade na Região, que o PSD deixa este alerta de forma a sensibilizar o Governo para uma urgente actuação a favor da desburocratização na Agricultura Açoriana.

Disse

António Ventura

25/01/2007